

## ÍNDICE GERAL

### CAPÍTULO I – PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PROVA

- § 1. Diretiva 343/2016 da UE, relativa à presunção de inocência, e a inversão do ônus da prova (Ivana Dias Mascarenhas Alves)

### CAPÍTULO II – INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA E PROVA

- § 2. As informações oriundas de inteligência financeira e a prova penal (Anastácio Fernandes Neto)
- § 3. A inteligência como prova penal: o sigilo da prova e as implicações a um julgamento justo (Leonardo Mariuzzo Plens)

### CAPÍTULO III – COLABORAÇÃO PREMIADA E PROVA

- § 4. Diretrizes para a celebração de acordos de colaboração premiada pelas autoridades públicas (Rachel Glatt)

### CAPÍTULO IV – IMPARCIALIDADE E GESTÃO DE PROVAS

- § 5. Lei 13.964 de 2019 (“Lei Anticrime”): originalidade cognitiva e imparcialidade judicial na reforma do Código de Processo Penal Brasileiro (Felipe Yano Issayama)
- § 6. A gestão de provas no processo penal: uma análise a partir do sistema italiano da divisão de autos (Marianna de Lucena Marinho)

## CAPÍTULO V – VALOR PROBATÓRIO DA CONFISSÃO

- § 7. O fenómeno perverso das falsas confissões à luz do caso *State of Wisconsin v. Brendan R. Dassey*: uma bomba probatória que estilhaça qualquer oportunidade de defesa? (Frederico Ventura Sequeira)

## CAPÍTULO VI – PROVA DIGITAL

- § 8. O regime jurídico dos conhecimentos fortuitos em ambiente digital: contributo da *plain view doctrine* à luz da legislação portuguesa (Joana Reis Barata)

## CAPÍTULO VII – PROIBIÇÕES DE PROVA

- § 9. Contributo sobre a prova ilicitamente obtida por particulares: a Sentença n.º 116/2017 do Supremo Tribunal Espanhol (“caso Falciani”) (Ana Matilde Pacheco Duarte)
- § 10. O consentimento nas intervenções corporais invasivas probatórias na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: dizer “sim” sem limites? – Considerações à luz de uma ilicitude qualificada (Inês Vieira dos Santos)
- § 11. Modelos de proibições de prova numa perspetiva comparada: Alemanha, EUA e China (Un Tong Wong)

## CAPÍTULO VIII – COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E PROVA

- § 12. A obtenção de prova digital mediante acessos transfronteiriços em contexto de *loss of location* (Margarida Neiva Antunes)
- § 13. A obtenção de prova pela defesa por meio de tratados de assistência mútua (Natália Queiroz Farinha)

## CAPÍTULO IX – DIREITO PENAL INTERNACIONAL E PROVA

- § 14. Responsabilidade de comando no Estatuto de Roma e questões probatórias: o caso Jean-Pierre Bemba Gombo no TPI (Celso Vieira de Souza)